

Aos vinte e seis dias do mês de Setembro do ano dois mil e onze, na Sala de Sessões dos Paços do Concelho, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal, sob a Presidência de **Maria Isilda Videira Nogueira da Silva Aguincha**, Presidente da Assembleia Municipal, secretariado pelo Senhor **Fernando José Guia Barbosa** e pela Senhora **Fernanda Maria Figueiredo Rodrigues Rolo**, primeiro e segundo Secretários respectivamente. -----

Além daqueles que constituem a Mesa, estiveram ainda presentes os seguintes membros. -----

Em representação do **Partido Social Democrata**: -----

Rui Pedro Dias Gonçalves, Rui Vítor Pires Bragança, Maria João Gil Santos Grácio, José Miguel Filipe Baptista, Nuno Filipe Januário e Franco Horta e Esperança Maria Micael Santos. -----

Em representação do **Partido Socialista**: -----

Manuel Mesquita Domingues, Carina Isabel Moura da Conceição Luis, Célia de Jesus Nunes Leal Agostinho, Carlos Manuel Pires Rei Amaro e Jaime Manuel Palha Costa. -----

Em representação do **Bloco de Esquerda**: -----

Maria de Fátima Conde Búzio e Luis Filipe Dias Grácio. -----

Em representação da **Coligação Democrática Unitária**: -----

António Silvino da Costa Ferreira e Mário Eugénio Filipe Duarte. -----

Na qualidade de **Presidente da Junta de Freguesia de São João Baptista**: -----

Teresa Maria Ferreira dos Reis Martins. -----

Na qualidade de **Presidente da Junta de Freguesia de Nossa Senhora de Fátima**: -----

Manuel Pereira Bilreiro. -----

Estiveram presentes pela **Câmara Municipal**, o Senhor Presidente Jaime Manuel Gonçalves Ramos e os Vereadores João José Pescador de Matos Fanha Vieira, Paula Maria da Costa Pereira, João Sebastião Coutinho Lima Canaverde, Carlos Alexandre Zagalo Gouveia, Henrique da Cunha Pereira e Carlos Manuel Godinho Matias. -----

A Senhora **Presidente da Assembleia** declarou aberta a sessão quando eram vinte e uma horas e cinco minutos, começando por dar posse aos elementos convocados para substituir os deputados que solicitaram ausência por período inferior a trinta dias e seis meses, respectivamente. -----

Deu posse a Paulo Jorge Martins Beirante, que substitui Sérgio Miguel Gil Nunes, do Partido Social Democrata. -----

Deu posse a Carla Sofia Roma de Oliveira, que substitui Henrique dos Reis Leal, do Bloco de Esquerda. -----

Verificada a conformidade formal do processo eleitoral com a identidade dos eleitos e após a leitura das respectivas actas avulsas de instalação e do respectivo juramento por parte dos novos membros, a senhora **Presidente da Assembleia** declarou-os investidos nas funções. -----

Procedeu-se de seguida à votação da acta número doze. -----

VOTAÇÃO DA ACTA NÚMERO DOZE -----

A acta número doze realizada em dezassete de Junho de dois mil e onze, foi aprovada por maioria com dezanove votos a favor, sendo nove votos do Partido Social Democrata, cinco votos do Partido Socialista, dois votos do Bloco de Esquerda, dois votos da Coligação Democrática Unitária e um voto do Presidente da Junta de Freguesia de Nossa Senhora de Fátima e quatro abstenções, sendo uma do Partido Social Democrata, uma do Partido Socialista, uma do Bloco de Esquerda e uma da Presidente da Junta de Freguesia de São João Baptista, por não se encontrarem presentes na referida sessão. -----

Continuando a senhora **Presidente da Assembleia** referiu: “Como já é do conhecimento dos senhores deputados, a proposta de inclusão de mais um ponto na ordem dos trabalhos, sendo que esse ponto respeita à segunda revisão do orçamento para dois mil e onze, sugiro que este passe a ser o ponto número sete da ordem dos trabalhos, antes da informação do senhor Presidente da Câmara. -----

Não havendo nenhuma objecção, é aprovado por unanimidade a inclusão de mais um ponto na ordem dos trabalhos. -----

Foi presente à mesa da Assembleia Municipal, pelo revisor oficial de contas o relatório da situação financeira do Município relativo ao primeiro semestre de dois mil e onze e que foi dado conhecimento aos senhores deputados.” -----

O Bloco de Esquerda apresentou a seguinte Moção: -----

MOÇÃO -----

A Assembleia Municipal do Entroncamento pronuncia-se pela manutenção do nível da prestação de cuidados de saúde às populações, seja na rede cuidados primários, seja no Centro Hospitalar do Médio Tejo. -----

Assim, defendem a actual prestação de serviços pelo CHMT, em particular a continuidade do serviço de urgências, no Hospital Rainha Santa Isabel, em Torres Novas. -----

Por outro lado, apelam ao Ministério da Saúde para que resolva rapidamente a situação da médica da Costa Rica há meses colocada no Entroncamento, mas que continua impedida de dar consultas, por razões de ordem burocrática. -----

Referiu **Fátima Búzio**: A necessidade de apresentar esta moção, surgiu porque recebemos vários e-mails a comunicar que era intenção do governo encerrar o Hospital Rainha Santa Isabel em Torres Novas e o Hospital de Tomar, encaminhando as urgências todas para Abrantes. “ -----

Prosseguiu a senhora **Presidente da Assembleia**: “ Isto dos e-mails e o que se diz às vezes, também não é bem verdade. -----

De facto é uma preocupação de todos, e eu própria tenho a preocupação daquilo que está a acontecer porque temos um médico colocado que não funciona, não trabalha. O próprio Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata fez já o direccionamento de um requerimento ao governo sobre esta matéria, mas, não devo ser eu a pronunciar-me sobre isto.” -----

Continuou **Célia Leal**: “ A bancada do Partido Socialista como todas as outras questões que têm vindo a esta Assembleia que dependam da saúde, vamos votar favoravelmente. -----

Também ouvimos as notícias na comunicação social e como utentes do próprio Hospital Rainha Santa Isabel e do Centro Hospitalar do Médio Tejo, entendemos que todos nós nos devemos indignar e tomar alguma posição antes que isto se torne uma realidade.” -----

Interveio **António Ferreira**: “ Em relação à moção do Bloco de Esquerda ela faz sentido de alguma forma, penso que os considerandos não estão de acordo com os objectivos do governo neste momento. -----

A Coligação Democrática Unitária tem uma proposta a apresentar à Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo, está pronta, está aqui comigo e penso que isto deve ser analisado numa base mais abrangente com todos os municípios. -----

Há uma questão que o Bloco de Esquerda levanta e que é preciso corrigir e fosse levada à comissão permanente no sentido de ser estripada dessa afirmação e a ser complementada com outras preocupações que a Coligação Democrática Unitária também tem e outras forças políticas também têm. -----

As notícias que vêm não é o encerramento do Hospital de Torres Novas e Tomar, é o encerramento das urgências e a colocação das urgências básicas, ou seja, do processo que o Partido Socialista tinha em tempos, que poderá ser ultrapassado, abro aqui um parêntese, nós na altura tivemos contra o projecto do Partido Socialista e deixámo-lo bem saliente, é um assunto que já não é novo, é um assunto que convém salientar tanto no aspecto do funcionamento do Centro Hospitalar do Médio Tejo, como outras questões que têm a ver com o encerramento dos centros de saúde com menos de mil e quinhentos utentes, com as dificuldades do acesso dos utentes da saúde a exames complementares, a transportes e uma série de outras coisas, agravado ainda com esta circunstância de implementação de portagens na A23 e no IC3. -----

Tem razão de ser a moção do Bloco de Esquerda, deverá ser enriquecida com a moção da Coligação Democrática Unitária, que não será apresentada aqui mas será enviada para a Presidente da Assembleia Intermunicipal do Médio Tejo, no sentido de se poder fazer um debate sobre este assunto o mais urgente.” -----

Rui Gonçalves referiu: “ Só uma nota para nos solidarizarmos com todas as preocupações que foram aqui levantadas, nomeadamente com a colocação de uma médica no centro de saúde, uma situação incompreensível, como é que é colocada uma médica num centro de saúde e as suas habilitações não são reconhecidas, é verdadeiramente inacreditável. -----

Somos favoráveis com esta moção e vamos votar favoravelmente.” -----

Pediu a palavra **Luis Grácio**: “ As referências que foram feitas por todos os intervenientes, nós acolhemos com bom agrado a recepção que esta moção teve, até porque ela é uma preocupação transversal, do ponto de vista social e político, porque de facto, a perspectiva de alguns serviços nomeadamente o serviço de urgência deixarem de ser executados nos hospitais de Torres Novas e Tomar, levanta problemas graves às populações não só do ponto de vista da sua percepção da segurança, como inclusivamente do ponto de vista operacional pela distância. -----

Como devem saber Tomar e Torres Novas têm aldeias muito distantes do centro do concelho e portanto a colocação de uma única urgência em Abrantes, colocaria problemas logísticos complicados de resolver. -----

Relativamente à questão levantada pela Coligação Democrática Unitária, o Bloco de Esquerda na sua moção não faz referência nem perspectiva que outros serviços para além dos serviços de urgência, deixem de existir nos hospitais em causa, o que nós aqui defendemos e julgamos que toda a gente defende, é que se mantenha a actual prestação dos serviços que neste momento vigoram nos dois hospitais. -----

Portanto, não vemos porque razão a moção terá que ser alterada, poderá ser enriquecida com outras subscrições, com outros aspectos que se considerem relevantes, mas neste caso concreto, não vemos que tenha alguma incompatibilidade com a realidade.” -----

Não havendo mais pedidos de intervenção a senhora **Presidente da Assembleia** colocou a moção à votação. -----

VOTAÇÃO DA MOÇÃO -----

A moção apresentada pelo Bloco de Esquerda, foi aprovada por unanimidade, com vinte e três votos, sendo dez votos do Partido Social Democrata, seis votos do Partido Socialista, três votos do Bloco de Esquerda, dois votos da Coligação Democrática Unitária e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia. -----

A Coligação Democrática Unitária apresentou a seguinte Moção: -----

MOÇÃO -----

Considerando que o poder local democrático, indissociável da existência de órgãos próprios eleitos democraticamente, com poderes e competências próprias e agindo em total autonomia face a outros órgãos e, submissão apenas à Constituição, às leis, aos tribunais em sede de aplicação dessas mesmas leis e ao povo, é parte da arquitectura do Estado Português; -----

Considerando ainda que as autarquias constituem um dos pilares da democracia pelo número alargado de cidadãos que chama a intervir, como representantes do povo, na gestão da coisa pública, pelas oportunidades de participação efectiva dos cidadãos em geral nas decisões que lhes interessam, pela forma aberta e transparente da sua acção e ainda pelas realizações concretas que promove e têm contribuído para a melhoria da salubridade, das acessibilidades, dos transportes, do acesso à saúde, à educação, à cultura e à prática desportiva; -----

Considerando que o poder local democrático e as pessoas territoriais que o integram detém atribuições únicas essenciais ao bem-estar das pessoas, à representação e defesa dos interesses populares e à concretização da vida em sociedade; -----

Mais considerando que é herdeiro de tradições centenárias (milenaes no caso de muitas das freguesias que querem ver extintas) em cujo caldo se consolidaram e sobrevivem elementos essenciais da identidade comunitária à escala local e a própria identidade nacional, deles diversa, mas que os integre na sua múltipla diferença; -----

Considerando, por fim que é residual o peso do poder local nas contas públicas e, em especial, ínfimo o das freguesias; -----

Considerando que de há muito que alguns não se conformam com o carácter avançado, democrático e progressista do poder local e que alguns outros, em particular, de há muito consideram as freguesias como algo dispensável e até incómodo; -----

Considerando que a seriedade e coerência de qualquer reforma da organização administrativa que se pretenda eficaz deve considerar prioritariamente a criação das Regiões Administrativas e não a extinção de freguesias ou municípios; -----

A Assembleia Municipal de Entroncamento, reunida em 26 / 09 /2011 -----

Delibera manifestar a sua convicção de que, pela exiguidade dos recursos públicos que lhe são afectos e pela forma exemplar como são aplicados. As autarquias locais têm um importante papel na promoção das condições de vida local e na realização de investimento público, indispensáveis ao progresso local, no combate às assimetrias regionais. No presente quadro as autarquias têm desenvolvido acções que contribuem para atenuar os efeitos da crise e em particular aos reflexos sociais mais negativos que a aplicação do actual programa de ingerência externa está a impor aos portugueses. ---

Delibera, ainda, repudiar a intenção de extinguir as autarquias existentes, seja pela sua pura eliminação seja por recurso a qualquer forma de engenharia política, que lhes retire o que têm de essencial, a saber, os seus órgãos democraticamente eleitos, as suas atribuições próprias e a parte dos recursos públicos essenciais à sua existência e funcionamento nas condições de autonomia previstas na Constituição da República. ---

Referiu **António Ferreira**: “ Há algumas dúvidas que podem surgir com o anúncio do governo hoje, do livro verde para a reforma da administração local, pode surgir a ideia de que o documento está ultrapassado, mas não está. -----

O documento foi feito na base de uma resolução do Conselho de Ministros que depois está plasmado no livro verde para a reforma da administração local, que por sua vez, há-de dar lugar a uma série de pacotes legislativos no sentido de alterar as competências das autarquias, da lei eleitoral, a reestruturação do poder local e ainda a diminuição do número de freguesias e talvez de concelhos. -----

Aquilo que é divulgado a nível dos órgãos de informação, muitas vezes não corresponde à verdade. -----

Menos de um terço dos vereadores eleitos estão em permanência nas Câmaras Municipais, mais de dois terços dos vereadores não estão em permanência e portanto, não usufruem do salário de vereador. A maior parte deles estão numa posição abnegada em relação ao poder, muitos deles de todas as forças políticas dão o seu melhor sem essa remuneração que é dado aos vereadores em permanência. -----

Por outro lado, de referir que o investimento público da administração local é maior que o investimento do estado central e isso com dezasseis por cento dos dinheiros públicos, com dezasseis por cento, as câmaras conseguem fazer mais investimento e criar mais emprego que o estado central. -----

As freguesias com zero vírgula dois do orçamento do estado, não tem um peso significativo e não é compreensível o ataque que se está a fazer neste momento em relação às freguesias. -----

Não excluimos uma reforma administrativa, mas essa reforma deve ser feita com as populações e não contra as populações, deve ser feita em função de uma reestruturação completa, inclusivamente de uma reestruturação de um nível intermédio entre o estado central e as autarquias, deve ser feita com base nas necessidades da população, envolvendo a população e permitindo que a população participe na vida autárquica na política, só assim se compreende o poder autárquico do pós vinte e cinco de Abril.” -----

Pediu a palavra **José Baptista**: “ Ao ler a moção hoje ao final da tarde, pouco tempo antes estava a ouvir a conferência do senhor primeiro Ministro, a apresentar o tão celebre projecto que se chama *verde* e sinceramente pensei que chatice, o senhor deputado enviou a moção antes de ouvir o projecto. -----

Ouvindo aquilo que foi apresentado e vendo a moção que o Partido Comunista Português apresenta, vê-se que a moção em nada se baseia com o projecto que foi apresentado. -----

Quando eu digo que não faz sentido a moção digo-o por uma razão, é que não faz sentido nós discutirmos uma coisa que não está apresentada. Não foi em sítio nenhum dito que vão ser reduzidas as câmaras municipais, não foi em sítio nenhum dito que se vão extinguir municípios. -----

Foi falado pelo senhor Presidente da ANAFRE, que ele não aceitaria que fossem reduzidas freguesias, fui informado que o senhor Presidente da Associação Nacional de Municípios é a favor desta reforma, o Presidente da ANAFRE noutros modelos não é e são os dois do Partido Social Democrata e não têm posições iguais. -----

O senhor primeiro Ministro disse nesta intervenção que fez hoje, que é importante para que esta revisão exista realmente, exista um diálogo entre cidadãos, autarquias e estado central e eu acredito que esse diálogo vá existir, porque se não existir um diálogo nas freguesias de cada município, nós no Entroncamento temos duas freguesias urbanas, estamos a falar de casos graves em que são municípios com uma área muito mais

extensa do que o Entroncamento com freguesias rurais, aí é que são os problemas graves que têm que ser resolvidos. -----

Nós no Entroncamento estamos numa zona urbana, não sei se vai haver redução ou não, mas sinceramente senhor deputado, acho que faz sentido nós primeiro vermos o projecto que vai ser apresentado e acredito porque conheço alguns dos membros que fizeram esta revisão, uma coisa é certa, aquilo que disse o senhor Secretário de Estado deve ser em todo verdade, ele vai contra poderes instalados, vai contra aqueles que querem mais e aqueles que querem menos e acredito que vai doer. -----

Foi também dito que há um reforço do poder intermunicipal, nós aqui no Entroncamento temos cinco eleitos à Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo, sabemos que o reforço dos seus poderes, deve ser olhado como nós criámos há uns tempos uma central de compras intermunicipal com um único objectivo, conseguir criar menos gastos e mais eficiência, se nós conseguirmos criar em toda a administração local menos gastos e mais eficiência, sem prejudicarmos as populações, estamos a ganhar sempre e é contra estes estigmas que nós temos com um projecto que nem sequer está apresentado, que nós temos que ir contra. -----

Quando nós falamos em autarquias despesistas, o senhor deputado é muito simpático com as autarquias, porque diz que as autarquias têm sido garantes, mas há casos de autarquias que têm tido boa gestão e há casos de autarquias que têm tido uma péssima gestão, de qualquer força política. -----

No Entroncamento não existe uma empresa municipal, não existe um assessor político, não existe um chefe de gabinete, há câmaras em que as empresas municipais são às dezenas, os assessores políticos andam por todos os gabinetes e os chefes de gabinete não faltam. -----

Portanto, se as coisas na câmara do Entroncamento não estão tal mal como noutras, nós temos que saber e ter consciência que o governo vai preparar algo que vá provavelmente tratar daquilo que está melhor e daquilo que está menos bem, isto não é para ser menos simpático com o PCP, porque o PCP tem uma cultura autárquica que todos conhecem e de estar junto das populações, o Entroncamento não tem nenhuma empresa municipal e Almada tem duas, o Entroncamento não tem chefe de gabinete e Almada tem. -----

Tenho a certeza que este projecto, a ambição e os objectivos são sem duvida nenhuma de se conseguir melhorar o poder local e nunca o piorar.” -----

Proseguiu **Mário Eugénio**: “ Queria começar pelo fim, fiquei admirado com as conclusões que o deputado do PSD tirou agora e que me leva a concluir que o que vai ser penalizado são as autarquias que não têm uma boa gestão e os outros não vão ser penalizados, no Entroncamento como não estamos tão mal como os outros, segundo ele diz, significa provavelmente que não seremos penalizados. -----

Quis começar por aqui porque me pareceu que foram conclusões infelizes que foram tiradas. -----

Queria falar sobretudo no sentido que faz ou não esta moção e para nós é bom que independentemente de toda esta retórica tenhamos presente e nós propomos dois parágrafos, duas deliberações, que não tem nada a ver com a comunicação que o primeiro Ministro fez ao País, uma delas é deliberar manifestar uma convicção e manifestamos essa convicção ou não, nós estamos convictos de que, *“pela exiguidade dos recursos públicos que lhe são afectos e pela forma exemplar como são aplicados. As autarquias locais têm um importante papel na promoção das condições de vida local e na realização do investimento público, indispensáveis ao progresso local,”* , portanto isto é uma convicção que nós temos e que achamos que esta Assembleia deve

manifestar essa convicção ou não, não tem nada a ver com aquilo que o primeiro Ministro anunciou esta tarde. -----

Aquilo que nós deliberamos e que podemos não gostar da palavra, a que nós empregamos é repudiar a intenção de extinguir autarquias, há uma intenção clara de extinguir autarquias e portanto, nós achamos que devemos repudiar esta intenção. “ -----

Continuou **Luis Grácio**: “ Esta discussão é curiosa porque todos temos conhecimento das posições políticas que os diversos partidos têm apresentado sobre esta temática. -----

Fiquei curioso e gostava que me confirmassem, se o livro é mesmo verde, porque o único livro verde que eu me lembro é do Khadafi. -----

A discussão não pode ser uma discussão artificial, ela baseia-se em algo de real, todos nós sabemos que há uma proposta e um acordo firmado com entidades internacionais para diminuir as autarquias, não vamos agora mistificar dizendo que não há nada, que o senhor primeiro Ministro não disse que ia fundir autarquias, a verdade é que vai haver de facto, segundo me parece e tudo se inclina para isso, uma redução de autarquias e é nesse sentido e na nossa óptica tem razão de ser. -----

Esta moção prende-se com uma outra questão que para nós é importante, que é a alteração da lei eleitoral das eleições autárquicas, o que se pretende na prática, para além da alteração do mapa autárquico é também uma alteração da reforma dos representantes do povo nas autarquias. -----

Toda a gente sabe que o Partido Socialista e o Partido Social Democrata no mandato anterior do Partido Socialista enquanto governo, tinha uma proposta que acabou por não ter pernas para andar, por iniciativa do anterior presidente do Partido Social Democrata, e de facto essa proposta é uma proposta que está a ser relevada, ou seja, há uma intenção dos dois partidos de retomar a mesma estratégia relativamente às eleições para as autarquias. -----

Parece-me um pouco artificial dizer-se que não se consegue governar se não se tiver maioria, mesmo com maioria como é o caso do Entroncamento a presença de elementos na oposição, pelo menos é a nossa prática, o nosso propósito e a nossa preocupação, têm trazido benefícios à discussão e às decisões tomadas. -----

Julgamos que o programa da reorganização territorial do mapa autárquico que é levantado aqui pela Coligação Democrática Unitária, nos moldes em que genericamente concordamos inscreve-se num quadro genérico de profundas limitações que o actual governo pretende introduzir na democracia e nos poderes locais. -----

Além da fusão de freguesias, por enquanto é o que consta, há uma tentativa para que as autarquias tomem a iniciativa e se proponham fundir-se e também estimulada relativamente aos municípios e para além do esvaziamento das atribuições dos municípios por transferência forçada de umas comunidades intermunicipais que agora estão a assumir outros protagonismos e outras intervenções, órgãos que não são eleitos directamente como toda a gente sabe, são eleitos proporcionalmente de acordo com as eleições em cada um dos municípios que integram a respectiva comunidade e com o pacote autárquico que eu irei apelidar e espero que não me levem a mal, o *pacote autárquico Relvas*, que defende uma diminuição drástica de vereadores eleitos para as câmaras em que o partido vencedor do escrutínio fica automaticamente com a maioria absoluta dos mandatos, mesmo nos casos em que a votação do eleitorado apenas lhe confira uma maioria relativa. -----

Já o Partido Socialista parceiro do Partido Social Democrata neste ataque à democracia local, parece retomar ideias de executivos homogéneos em que quem ganha fica com todos os mandatos, afastando as oposições dos elencos camarários. -----

Como se sabe não há em Portugal um problema de funcionalidade das câmaras municipais, mesmo nos poucos casos em que existem maiorias relativas, estas têm quase sempre funcionado acentos e acordos políticos. -----

A realização de eleições autárquicas intercalares decorrentes de maiorias relativas é em número perfeitamente residual, casos muito pontuais é que isso se verificou. -----

Portanto, o objectivo do *pacote Relvas*, de que o problema aqui levantado pela moção da Coligação Democrática Unitária, é um dos aspectos críticos é pura e simplesmente afastar os cidadãos da vida autárquica e blindar mais o funcionamento dos executivos, afastando daí as oposições mesmo que os eleitores lhes dêem votações expressivas em eleições democráticas. -----

Vou fazer uma pequena citação do programa do governo, que eu acho que é um mimo. -----

Resolução do Conselho de Ministro nº 40/2011, de 22 de Setembro de 2011. -----

.....” no que especificamente respeita ao poder local, o Governo pretende introduzir uma agenda marcadamente reformista assente na proximidade com os cidadãos e na descentralização administrativa, sempre no pressuposto matricial de um acordo político alargado que viabilize uma reorganização do mapa administrativo, visando a optimização e a racionalização do número de órgãos autárquicos, assim como das respectivas competências, potenciando a realidade prestacional envolvida e o resultado da actuação inerente à missão de serviço público que lhes está matricial e geneticamente conferida pela Constituição, atentas as atribuições prosseguidas.” -----

Espero que tenham seguido o raciocínio, acho que é de um quilate altamente. -----

Este raciocínio altamente erudito diz-nos que com o desaparecimento de centenas de autarquias, juntas de freguesias e câmaras o governo pretende reforçar a proximidade com os cidadãos, mas para isso é pressuposto a existência de um acordo político alargado que viabilize uma reorganização do mapa administrativo, há sempre alguém disponível para fazer o frete. -----

De facto ninguém desconhece as limitações, as limitações operacionais que se colocam às assembleias municipais para exercer as suas competências de fiscalização, estão muito mais dilatadas as acções dos vereadores eleitos pelos partidos que ficam na oposição nos actuais executivos. -----

As limitações com que os eleitos da assembleias municipais se deparam para exercer condignamente as suas funções de fiscalização do executivo, de certo que tornarão a sua acção meramente decorativa, se nós pensarmos aqui um pouco, as condições que nós temos do ponto de vista de liberdade de acção nomeadamente liberdade de tempo para poder estudar, aprofundar, pesquisar, questionar acerca dos assuntos aqui debatidos, veja-se com a inexistência de vereadores da oposição nos executivos, como é que depois a acção fiscalizadora das assembleias irá ficar. -----

A democracia local e o seu funcionamento transparente só têm a ganhar com o respeito pela vontade no dimensionamento das suas autarquias e com uma composição que respeite a proporcionalidade resultante dos votos dos cidadãos eleitores. -----

Naturalmente iremos votar favoravelmente a moção da Coligação Democrática Unitária.” -----

Célia Leal referiu: “ Dentro do Partido Socialista este é um assunto, que no meu caso e muito sinceramente, não tive tempo para ler o livro verde porque trabalho muitas horas por dia e também não tenho acesso à informação no momento. -----

Quando olhei para a moção da CDU, achei que era muito complicada e complexa, depois da explicação que o Doutor António Ferreira deu acabou por me convencer. -----

Por minha parte e posso dizer que fiz um curso, uma pós-graduação em ordenamento do território em mil novecentos e noventa e seis, já nessa altura os professores da Faculdade de Direito de Coimbra falavam abundantemente na reorganização do território, na necessidade de isso ser feito. -----

Como disse o deputado do PSD, uns concelhos melhores outros piores, mas penso do que tenho visto, não surgiu uma necessidade tão grande nalguns concelhos de se mexer avulsamente, ou de uma forma abrupta sem que haja um estudo aprofundado, um debate, um consenso das populações de acordo com as necessidades. -----

Penso que esta alteração a ter que ser feita, se calhar temos que mexer, mas, não pode ser por decreto, isto é daquelas coisas que mexe com as populações, nós temos um País muito díspar entre o norte e o sul, o interior e o litoral, portanto, a fazer-se isso não pode ser com uma medida avulsa tomada em três meses de governo, vai ter que ser ouvida muita gente e consensualmente chegar a uma decisão que tenha em conta a especificidades que o País tem. -----

Por esse motivo, eu da minha parte concordo, sei que da bancada do PS há membros que podem ter outra opinião, mas por isso mesmo nos vamos abster embora estejamos sempre contra a qualquer medida destas seja tomada em três meses, ou que resulta de um livro verde, ou de uma cor tão rápida.” -----

Interveio **Teresa Martins**: “ Vou-me referir só às freguesias porque é do que tenho mais conhecimento neste momento. -----

No penúltimo conselho geral da ANAFRE já foi ventilado este assunto, é evidente que nem o Presidente nem o executivo da ANAFRE vão deixar que este assunto seja feito de ânimo leve. -----

Como disse o senhor deputado Grácio, também no executivo da ANAFRE existem pessoas de vários partidos que estão uníssono na mesma opinião, os casos vão ser estudados, debatidos em sede própria, na própria ANAFRE não se concorda com a extinção sem mais nem menos de qualquer freguesia, como já foi dito, Portugal tem especificidades muito grandes e os casos têm que ser estudados. -----

Portanto, neste momento eu pessoalmente vou votar contra este documento, porque em relação às outras questões também não concordo muito com o que está aqui.

Em relação às freguesias e municípios, penso que esses órgãos estão lá precisamente para conseguirem ponderar e decidir sobre essa situação, quando houver algo em concreto, então cá estamos para poder deliberar e decidir aquilo que havemos de fazer.” -----

Continuou **José Baptista**: “ Vou tentar ser o mais rápido possível porque os cidadãos que estão connosco hoje e nos dão a honra da sua presença, não têm que estar a ouvir estas discussões teórico filosóficas, político partidário sobre o que nos fizeram e que outros não foram capazes. -----

Começando pelo fim e sendo muito simpático a Doutora Célia Leal disse que lhe pareceu a moção complexa e complicada, complexa e complicada acho que não era de todo muito, acho que é visível, o que é que o Partido Comunista Português pede nesta moção e nisso nós temos que ser sinceros, eles são algo simples naquilo que dizem. -----

Quando diz que tem de haver um estudo aprofundado e um debate, estou totalmente de acordo, se não houver um amplo debate e um estudo aprofundado que é aquilo que tem vindo a ser feito, porque o que foi apresentado não foi um mapa que vai rever Portugal, o que foi apresentado foi o projecto e os princípios daquilo que vai ser feito. -----

Quando estava a ouvir os nossos colegas da bancada tanto do PCP como do BE, conta-se, diz-se, ouvi dizer, recebi, eu não ouvi nenhum Ministro ou Secretário do

Estado dizer, não se soube de forma nenhuma o que é que vai ser reduzido ou deixar de ser, não disse que vai nem que não vai, nós não podemos nesta assembleia deliberar sobre intenções. -----

Quando se referia à penalização, só vamos penalizar os maus, não vamos penalizar os bons, acho que temos que criar barreiras para que, quer o mau quer o bom estejam dentro delas, se temos que penalizar algum, temos que penalizar o mau, não temos que penalizar o bom, numa me ouviu dizer que a situação do Entroncamento é excelente e que a de Almada é muito má, eu não conheço a situação económica e financeira de Almada, para dizer que é extraordinariamente bem a do Entroncamento, vamos ver se não entramos fora dos nossos âmbitos de concepção do que podemos dizer. -----

Sobre o comentário do Livro Verde, em tom de brincadeira, é quase ao nível daqueles comentários de opinião pública, em que se liga para lá qualquer pessoa que não faz a mínima ideia do que está a falar e diz tudo o que lhe apetece, e o senhor deputado sabe perfeitamente o que é que está a falar, que o Livro Verde não tem qualquer tipo de semelhança com o livro verde do Khadafi, isso é até quase que uma ofensa à democracia portuguesa que um qualquer membro do PSD se dissesse, era imediatamente levada à praça pública. -----

Quanto ao que falámos das questões da mecânica eleitoral entre outras, ninguém disse que a questão da pluralidade interna dos órgãos ia ser afectada, porque as assembleias municipais segundo aquilo que foi dito hoje ganham poder, as assembleias intermunicipais também ganham poder, portanto, lá estamos nós a falar a dizer que se ouviu, a dizer que se deu, de uma coisa que ninguém sabe o que é, porque ninguém tem nada escrito onde possa dizer que se reduz. -----

Por fim, quando referiu aquela frase do programa do governo, do acordo político alargado, espero que haja um acordo político alargado e espero que desta vez o Bloco de Esquerda em sede nacional, não se imiscua de entrar neste acordo político e nesta discussão, porque a última vez que foi pedido ao Bloco de Esquerda para entrar numa discussão nacional de um problema grave do País, se estivéssemos à espera do Bloco de Esquerda hoje estávamos na falência como a Grécia está. -----

Às vezes dizendo-se muitas vezes a mesma coisa, pensa-se que ela se torna verdade, pensa-se que ela começa a ser verdade, não é por dizermos muitas vezes a mesma coisa que ela se vai tornar verdade, e não é por dizermos muitas vezes nesta assembleia que se vão extinguir, que vão tirar, que vai deixar de ser plural, que eles vão deixar de ser.” -----

Proseguiu **António Ferreira**: “ Não devemos estar preocupados com a sala cheia, acho que a sala cheia é um bom indicador da pujança e da nossa democracia, os cidadãos que vêm aqui não precisam de um livro de reclamações como noutras instituições, vêm reclamar directamente aqui e isso é importante na democracia, eles poderem fazer isso e é importante que nos órgãos autárquicos todas as forças políticas tem condições para isso, estejam representadas e que inclusivamente possam falar e ter direito a uma resposta. -----

Sobre a questão das imposições, a nossa moção vai de encontra aquilo que está nas imposições da Troika e vai de encontra aquilo que está no programa do governo, pura e simplesmente. -----

As autarquias, por melhor ou pior elas possam trabalhar, as autarquias em dois mil e dez não contribuíram para o défice do estado, tiveram um saldo positivo, independentemente que estejamos ou não de acordo, que algumas autarquias podiam fazer um trabalho melhor.” -----

Não havendo mais pedidos de intervenção a senhora **Presidente da Assembleia** colocou a moção à votação. -----

VOTAÇÃO DA MOÇÃO -----

A moção apresentada pela Coligação Democrática Unitária, foi rejeitada por maioria, com doze votos contra, sendo dez votos do Partido Social Democrata e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia, cinco votos a favor, sendo três votos do Bloco de Esquerda e dois votos da Coligação Democrática Unitária e seis abstenções do Partido Socialista. -----

Pediu a palavra **António Ferreira**: “ As portagens na A23 e IC3, aliás já não são só as portagens na A23, agora semeia-se portagens por tudo quanto é lado, inclusivamente no IC3 entre o nó da Atalaia e Tomar. -----

É lamentável aquilo que aconteceu na Assembleia da República quando da apresentação de uma proposta do PCP sobre a suspensão da aplicação de portagens, os mesmos deputados que defendiam o troço entra a A1 e Abrantes não devia ser portajado e que não se importavam com o resto da A23, votaram ao lado do governo, chumbando a proposta do PCP, é lamentável que os nossos deputados do distrito, quando não eram deputados tinham uma determinada posição e agora têm uma posição totalmente contrária e vão contra os interesses das populações locais. -----

Esta questão vai trazer enormes consequências para as empresas do interior, vai trazer enormes consequências para o isolamento das populações e acarreta atrasos acrescidos ao desenvolvimento da nossa região. -----

Sobre a reunião em Lisboa com a REFER para colocarmos a nossa preocupação em relação aos problemas de segurança na estação, aquilo que nós apontávamos era que, a passagem central fosse reforçada em termos de segurança e que fossem implementados alguns sistemas de protecção aos passageiros que diariamente transitam aí. -----

Para grande espanto e a solução que foi encontrada, não é exactamente aquela que nós tínhamos preconizado, está em vias de ser implementado na estação um sistema que pode criar graves problemas e pode ser uma ratoeira para os passageiros, tem um sistema de luzes no cais nove, cinco e dez e fica sem segurança o cais quatro, três e dois, portanto essas linhas ficam para ser protegidas por pessoal, informada directamente, só que isso pode implicar confusão com a própria sinalização que vai ser implementada. ---

O Partido Comunista Português questionou o governo em relação à estruturação da estação e aquilo que foi respondido é que haverá uma primeira intervenção até final de dois mil e onze e previsivelmente haverá uma nova intervenção no decurso de dois mil e doze, de qualquer forma, a solução que está arranjada não resolve o problema. -----

Quanto à Manutenção Militar, o Partido Comunista questionou o governo sobre a continuação ou não da Manutenção Militar no Entroncamento e aquilo que foi respondido é que vai continuar, embora não indiquem os moldes como ela vai continuar.” -----

A senhora **Presidente da Assembleia** referiu: “ Gostava de lhe solicitar que relativamente às questões colocadas sobre a intervenção na estação ferroviária, se possível pudesse chegar uma nota por escrito para nós encaminharmos para o senhor Presidente da Câmara. -----

Relativamente à questão da A23, obviamente sou visada nesta matéria, mas aquilo que eu defendi sempre, foi que há um troço da A23 que não faz parte da concessão, aquilo que fui convidada a votar colidia com aquilo que é a posição que defendi e portanto, não ia votar uma coisa com que não concordo. -----

Concordo com o princípio do utilizador pagador, apenas entendo que o troço da A23 entre o nó da auto-estrada de Torres Novas e o nó de Abrantes/Mouriscas não deve ser portajado, mantenho o que sempre disse, mas não votei ao contrário daquilo que sempre disse.” -----

Proseguiu **Carlos Amaro**: “ O município do Entroncamento encontra-se numa situação financeira difícil, todos nós sabemos, a crise está instalada, é nacional, é internacional, todos nós também o sabemos. -----

Todos nós temos de dar o exemplo pela poupança com a responsabilidade acrescida que é gerir dinheiros públicos. -----

A bancada Socialista propõe que se acabe com o boletim municipal e porquê. ----

Primeiro, a necessidade do mesmo é nula, existem meios ao dispor da população que podem ser utilizados e rentabilizados para passar a mesma informação, as deliberações já tinham sido retiradas o que veio a esvaziar de conteúdo o boletim; -----

Segundo, actualmente nada mais é do que a auto promoção do executivo camarário, recheado de intenções, de conteúdos discutíveis pois tudo nele merece uma foto, um canteiro arranjado, uma árvore plantada, um muro pintado, tudo é motivo para publicitar com custos absurdos; -----

Terceiro, os custos de design, produção e impressão são despropositados pelos tempos de crise em que vivemos, nem sabemos quantos são, talvez seria importante saber pelo que assim esta bancada o exige, saber os custos directos e indirectos; -----

Quarto, a utilização dada ao boletim municipal é questionável servindo apenas o interesse de um partido, não dando oportunidade às forças da oposição de nele participarem; -----

Quinto, as verbas que se poupam, poderiam ser canalizadas para as várias instituições da nossa cidade, que esses sim, vivem tempos difíceis, por exemplo o Corpo de Bombeiros ou outros. Nas informações realmente importantes, poderiam utilizar-se não apenas o site oficial do município, mas também os órgãos de comunicação já existentes, que, com outros custos mais baixos, poderiam fazer chegar à população a informação realmente importante, reconhecendo assim a importância e a capacidade das mesmas de veicular as deliberações inclusive ajudando os mesmos nestes tempos tão exigentes. -----

Se uso gravata é motivo suficiente para um ministro vir a público para exigir poupança no ar condicionado, se municípios reduzem na iluminação pública, não vimos porque este executivo não deva dar o exemplo e cortar no perfeitamente dispensável.” –

Continuou **José Baptista**: “ A bancada do PSD vem prestar a esta assembleia um esclarecimento adicional quanto à problemática estação do Entroncamento. -----

Sabe a senhora Presidente e é óbvio que todos os restantes membros desta assembleia sabem o que o Partido Social Democrata se tem debatido pela estação do Entroncamento. -----

Cada vez que há eleições autárquicas é uma guerra, porque toda a gente diz que é a câmara que tem de construir uma nova estação, toda a gente sabe que não é a câmara que constrói a estação, não tem sequer tutela para mexer numa única pedra da estação, mas é bonito eleitoralmente dizer na altura das eleições que a câmara tem de construir uma estação, aliás, diz-se da estação, diz-se da esquadra da polícia, uma série de coisas.

Não é muito difícil nós fazermos uma retrospectiva e andarmos de comboio, se formos num comboio regional, serve perfeitamente, entramos num regional e fazemos a linha do norte, basta ir até Ourém e nós vemos quantos apeadeiros são renovados, quantos apeadeiros têm sinalética automática, quantos apeadeiros têm passagem inferiores e elevadores e chegamos ao Entroncamento que é a estação mais utilizada na

linha do norte, com excepção de Lisboa e Porto, encontramos uma estação degradada, que tem uma média de milhares de utilizadores por dia e à qual nos últimos seis anos foi feito um investimento se não foi de zero euros, ou muito pouco acima de zero euros. ----

Quando este governo entrou em funções, o senhor Presidente da Câmara pediu mais uma vez uma audiência ao Engenheiro Luis Pardal, que sucessivamente não quis receber o Presidente da Câmara do Entroncamento, que sucessivamente não nos recebeu, não respondeu e não fez o que devia ter feito e desta vez, ao fim de muito tentar o Entroncamento lá foi recebido e conseguimos uma promessa que a acção número um era a colocação/racionalização do atravessamentos, ou seja, tirar atravessamentos da estação em relação àqueles todos que existiam, dotação de sinalética automática nas várias linhas e colocação de vedações e portões até Setembro, este foi o caderno de encargos que foi prometido ao município do Entroncamento e até Setembro deste ano este caderno de encargos foi cumprido. -----

Os fundos comunitários que foram usados nas outras estações da linha do norte e o dinheiro que a REFER investiu, não o quis investir no Entroncamento, isto tem que ser dito, digo-o aqui e assumo a responsabilidade do que vou dizer, por uma questão meramente política e não é mais do que isso. -----

Posso dizer-vos que há uma prioridade neste caderno de encargos, que é até Novembro, dotar a estação de uma escada que vai ter ao viaduto, uma escada que vai desde a zona central da estação até ao viaduto, vamos ver se até Novembro é construído ou iniciada a sua construção ou não, de uma coisa nós temos a certeza, se nos últimos anos não foi feito nada, finalmente começou-se a fazer alguma coisa à estação. -----

Os senhores deputados vão dizer que isso é mau para o Entroncamento, é mau para o povo do Entroncamento, senhor deputado, eu preferia ter uma estação, não preciso de luxos, eu uso a estação todas as semanas, eu vou de comboio e venho, eu não sou daqueles que uso a A1, tenho a guerra das portagens também, como tem a senhora Presidente da Intermunicipal.” -----

Pediu a palavra **António Ferreira**: “ Já o disse na última assembleia e volto a repetir, ficaram para trás, Ovar, Coimbra e Entroncamento, todas elas grandes estações e ficaram para trás porque eram necessários grandes investimentos para resolver os problemas destas estações, resolveram os pequenos problemas e deixaram os grandes problemas. -----

Senhor deputado, é jovem, é um deputado jovem, e tem de aprender uma coisa, o populismo não fica bem a ninguém e há aqui uma questão que é fundamental, PS e PSD são o mesmo, não há um PS e PSD lá em cima e outro PS e PSD cá em baixo, há partidos que têm uma orgânica comum, são eleitos desde as bases ou deveriam ser, e a questão é esta: Quem é que passou pelo governo nos últimos trinta anos? -----

As prioridades foram definidas tanto no tempo dos governos PS como PSD e não tiveram em atenção os grandes problemas do País e ficaram por resolver enquanto se andaram a discutir TGV, que eu não digo que o TGV não seja importante. -----

Vamos apresentar a exposição daquilo que apresentei ainda agora por escrito, para que a câmara e a assembleia tomem posição sobre isto, pode não ser a melhor solução, pode ser uma solução melhor encontrada para quem está nos gabinetes em Lisboa, mas pode não ser a solução para os passageiros da estação do Entroncamento.” -----

Carlos Amaro referiu:” Isto faz-me lembrar aquela estrada esburacada em que se coloca um sinal a dizer perigo e temos o problema resolvido, nós aqui não temos o problema resolvido.” -----

Não havendo mais pedidos de intervenção, a senhora **Presidente da Assembleia** entrou no período de intervenção do público. -----

INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----

Pediu a palavra **Elisabete Farto**: “ Sou residente na zona A antes da minha intervenção gostaria de informar, que estes moradores residentes na zona A reuniram-se no passado dia vinte e dois de Setembro e dessa reunião resultou uma comissão de moradores da qual nasceu aquilo a que nós chamamos um memorando, que gostaríamos de expor nesta assembleia e que passava a ler, no fim de o ler gostaria de o entregar pessoalmente à assembleia: -----

“ Os munícipes da zona definida como zona A, da freguesia de S. João Baptista no Entroncamento, reunidos no passado dia 22 de Setembro, com o objectivo de analisar a situação que se prende com a medida que a Câmara Municipal pretende tomar de acabar com os “cartões de residente” para estacionamento na zona, decidiram o seguinte: -----

- 1) Eleger uma Comissão de moradores, a qual é composta pelos munícipes: -----
 - a) Elisabete Farto (telm 962875150) -----
 - b) Manuel Martins (telm 934251743) -----
 - c) Álvaro Martins (telm 966591542) -----
- 2) Analisaram ainda os residentes a situação actual, após a apresentação de algumas conclusões, fruto de uma primeira reunião com o Exmo. Presidente da Câmara e o vereador Carlos Matias e nesse sentido concluíram pelo seguinte: -----
 - a) A solução apresentada pela C.M.E. de utilização pelos residentes, do piso – 2 do parque da Praça Salgueiro Maia, aberto 24h/dia, embora seja uma solução de estacionamento possível e que não recusamos, é no entanto uma hipótese que fica aquém daquilo que é necessário porquanto segundo nos é dado a saber, menos de 40% dos residentes que actualmente possuem cartão de residente poderão ter acesso a tal estacionamento, devido à limitação do mesmo. -----

É por isso importante que a C.M.E. mantenha ou crie a partir de 1 de Novembro de 2011, um novo cartão de residente que permita aos moradores estacionar o seu veículo no estacionamento que foi concessionado. Este é sem dúvida um direito dos residentes do qual não abdicarão. -----

Em nenhum município por nós conhecido se verifica a discriminação a que a C.M.E. nos quer impor, vejamos por exemplo o que se passa nos três maiores municípios, Porto, Coimbra e Lisboa: -----

- a) No Porto, existe cartão de residente sem custos para os moradores (embora com algumas limitações) para as zonas ou áreas de estacionamento taxado e de duração limitada;
- b) Em Coimbra, existe cartão de residente utilizável em zonas de duração limitada e zonas de acesso condicionado, tendo efectivamente um custo anual de € 59,85;
- c) Em Lisboa, a EMEL, estabelece também cartão de residente, estando associado um custo também anual para a emissão de tal cartão, 12,00 € anuais no caso de 1 veículo por fogo, 30,00€ anuais se se tratar de 2 veículos, sendo que o valor sobe para 120,00€ anuais em casos de três ou mais veículos por fogo. -----

Estamos a falar das três principais cidades do país, que sem custo, ou com um custo simbólico, permitem que os munícipes das zonas afectadas pela taxaço, possam estacionar. -----

O Entroncamento está muito longe de se poder comparar com qualquer um destes municípios, a todos os níveis. Todavia é precisamente aqui no Entroncamento que se pretende impedir os habitantes de uma determinada zona, de poder estacionar o seu veículo nessa mesma zona. -----

Não discordamos em absoluto da existência de parquímetros, discordamos da forma de concessão e de utilização de tais parquímetros. Entendemos que não é este o caminho que ajuda a revitalizar o centro da urbe, antes pelo contrário, a taxaçaõ abusiva e descoordenada leva hoje ao abandono do centro das cidades pelos habituais moradores, porque encontram na periferia e até em concelhos vizinhos, melhores opções de vivência, deixando o centro cada vez mais ao abandono e a servir de residência a outros cidadãos, nomeadamente estrangeiros, pelo facto de não terem veículos, optam claramente por zonas mais baratas e com menos condições. -----
É este o destino que queremos dar ao centro da nossa cidade? -----
Nós residentes, dizemos que não. Entendemos que é possível disciplinar o estacionamento, sem prejudicar os habitantes residentes. -----
Muitas das vezes, ouvem-se críticas ferozes a alguns residentes pelo facto de serem possuidores de garagem, e que abusivamente ocupam espaço de estacionamento público. Ora tais acusações são profundamente injustas, é provável, não o negamos, que uma ou outra situação pontual aconteça, mas a grande verdade, é que, em toda esta área designada por ZONA A, praticamente apenas nos edificios construídos nos últimos 10 anos é possível fazer uso das garagens, e elas são efectivamente usadas. -----
Nos demais casos, que são a grande maioria dos prédios existentes, ou não existem garagens, ou então as garagens existem, mas não podem ser utilizadas para colocar veículos, devido às suas rampas de acesso, que são demasiado inclinadas e estreitas, resultado de projectos que foram “mal” aprovados pela C.M.E., que impedem claramente os seus proprietários de usar a garagem para o fim a que estava destinado. –
É por isso necessário manter o cartão de residente, e os moradores encontram-se disponíveis, para com o município, encontrar uma solução nesse sentido. -----
Não abdicamos do nosso direito ao estacionamento. -----
É nesse sentido, e: -----
Considerando que estamos perante um problema que nos afecta profundamente; -----
Considerando que havendo boa vontade de ambas as partes, Câmara Municipal e moradores, é possível duma forma negociada, chegar a uma solução; -----
Considerando que o problema da concessão do espaço público sendo uma opção política do município, cabe efectivamente ao município resolver, sem que os moradores sejam prejudicados; -----
Considerando que existe uma comissão de moradores mandatada para junto desta autarquia lutar de forma eficaz pelo interesse colectivo nesta questão do estacionamento; -----
Considerando ainda que não conseguimos obter no sitio da internet da C.M.E. quer o caderno encargos, quer o contrato de concessão estabelecido entre a Câmara e a empresa Tecnovia, para perceber os ganhos e os prejuízos que nos são relatados, -----
Desde já requeremos a esta a Vossa Excelência e a esta Assembleia, que, -----
No exercício dos seus poderes e ao abrigo das disposições conjugadas do direito de informar e ser informado, previsto nos artºs 37 nº 1 e 268º da Constituição da República Portuguesa, bem como no direito de livre acesso do cidadão aos documentos administrativos previsto no artº 7 nº 1 e artº 15 da LADA (lei de Acesso a Documentos Administrativos), requeremos que nos sejam remetidos no prazo legal de 10 dias cópia do contrato de concessão e/ou seus aditamentos; -----
Mais requeremos se possível, o agendamento de uma reunião conjunta urgente, entre a Comissão Permanente desta Assembleia e esta comissão de moradores para trabalhar sobre este mesmo assunto.” -----

A senhora **Presidente da Assembleia** referiu: “ A Assembleia Municipal tem competências de fiscalização da actividade do município, não tem poder executivo e portanto, obviamente que aquilo que nos é solicitado, diligenciaremos junto da Câmara Municipal para acesso aos documentos, procuraremos agendar a reunião pedida e faremos chegar cópia deste documento ao senhor Presidente da Câmara, pelos meios regulamentares sendo que, as decisões que nós possamos vir a discutir aqui, têm de ser decisões oriundas da Câmara Municipal. -----

Portanto, não cabe à Assembleia Municipal e eu já na última reunião falei deste assunto, peço que entendam essa componente, não cabe à Assembleia Municipal estipular um conjunto de regras, a Assembleia Municipal pode deliberar sobre as regras que são emanadas do órgão executivo do município.” -----

Não havendo mais pedidos de intervenção da parte do público, entrou-se na ordem dos trabalhos. -----

-----ORDEM DOS TRABALHOS-----

PONTO NÚMERO UM

PROJECTO DE ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DO PARQUE DE ESTACIONAMENTO SUBTERRÂNEO DA PRACA SALGUEIRO MAIA NO ENTRONCAMENTO

Pediu a palavra **José Baptista**: “ O regulamento não confere nenhuma alteração muito significativa no seu âmbito, tudo aquilo que está designado vem no seguimento do primeiro regulamento, há no entanto a verificar que o parque passa a estar nesta nova fase aberto vinte e quatro horas por dia, com acesso aos dois pisos e que as tarifas em vigor, decrescem substancialmente passando a uma tarifa de um euro e dez por dia e sendo obviamente uma situação mais vantajosa para todos aqueles que usam o estacionamento subterrâneo, beneficiando o comércio local e beneficiando obviamente todos aqueles que tenham de usar desta zona da cidade.” -----

Continuou **António Ferreira**: “ Como já foi referido, esta deliberação não tem muito a ver com o regulamento geral da implantação das zonas de estacionamento no Entroncamento, no entanto as coisas estão ligadas umas às outras. -----

As nossas preocupações iniciais quanto ao regulamento deste espaço, algumas delas estão aqui plasmadas, de facto aquelas questões que têm a ver com os problemas de estacionamento, devido à política de construção de não exigência de estacionamento nos edifícios, tinham que se reflectir aqui, ainda bem que se encontram estas soluções. –

Aquela questão da abertura de vinte e quatro horas por dia do estacionamento, é importantíssimo para os cidadãos do Entroncamento e para quem nos visita. -----

A tabela que foi criada vai de encontro a algumas das nossas preocupações, que é a possibilidade de um estacionamento mais acessível durante um curto espaço de tempo, tanto para efeito dos comerciantes, como das pessoas que utilizam o comércio. -----

Por outro lado, verificamos que foram atendidas as preocupações dos comerciantes, foram atendidas as preocupações da DECO e foram atendidas as nossas próprias preocupações da Coligação Democrática Unitária do passado.” -----

Proseguiu **Carla Roma**: “ Á semelhança daquilo que já foi sendo dito aqui pelas outras bancadas, estamos de acordo com a alteração ao regulamento, parece-nos satisfatório independentemente de em relação a algum outro ponto, nós acharmos que pudesse haver uma reformulação melhor. -----

Gostaríamos de salientar dois ou três pontos, que neste novo regulamento nós consideramos serem melhores no que existia anteriormente. -----

Um desses aspectos tem a ver também com a questão do tempo inicial de meia hora de estacionamento gratuito, que vem na linha daquilo que tinha sido proposto pelo

Bloco de Esquerda na Câmara Municipal, fica um bocadinho aquém da hora que nós defendíamos inicialmente mas o princípio já foi adoptado e achamos que estamos no bom caminho. -----

Consideramos que esta é uma medida que torna o estacionamento mais acessível e que também beneficiará o comércio no centro da cidade. -----

O facto de acima das quatro horas o custo do estacionamento também já não subir e baixar progressivamente o seu preço por minuto fixando assim um tecto máximo, também achamos que torna o estacionamento mais acessível em termos de duração e torna este parque mais competitivo em comparação com o parque de estacionamento que existe descoberto, que embora seja ligeiramente mais barato, mas o facto de ser descoberto, a céu aberto, não ter guarda, poderá ser impeditivo para algumas pessoas. ---

Gostaríamos de realçar à semelhança daquilo que já foi dito, o facto de o parque permanecer aberto vinte e quatro horas por dia, os trezentos e sessenta e cinco dias por ano, achamos que desta forma se responde positivamente às preocupações que já foram manifestadas por alguns moradores.” -----

Interveio **Célia Leal**: “ A bancada do Partido Socialista também vai votar favoravelmente este regulamento do parque de estacionamento subterrâneo. -----

Queríamos apenas deixar a indicação que o facto de aprovarmos este documento, não nos vai inviabilizar no futuro, relativamente a outros projectos que apareçam e que venham a surgir relativamente ao estacionamento na cidade, de podermos tomar uma medida diferente. -----

Como este é um documento técnico, por tudo o que foi dito anteriormente, o facto de ter um período gratuito e de facilitar acima de tudo o estacionamento por curtos períodos de tempo, entendemos que esse tempo é suficiente.” -----

José Baptista referiu: “ Nós temos total consciência que este regulamento que vem aqui hoje à apreciação, não tem ligação directa ao problema que está a ser tratado do estacionamento da zona A. -----

É bom que nós tenhamos noção que o investimento necessário para ter o parque aberto vinte e quatro horas, é um investimento forte que o município tem de fazer, para poder ter segurança que é exigida dentro do parque.” -----

Prosseguiu **António Ferreira**: “ Esta é uma questão daquelas que parte do simples para o complexo, ou seja, há um regulamento mais simples que tem a ver só exactamente com o estacionamento subterrâneo e depois, há um regulamento geral para o estacionamento no Entroncamento, para zonas que já foram criadas e outras que hão-de ser criadas. -----

O regulamento geral influencia-a o regulamento particular e portanto, está tudo interligado quer a gente queira ou não queira.” -----

Não havendo mais pedidos de intervenção, a senhora **Presidente da Assembleia** colocou o ponto número um à votação. -----

VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO UM -----

O ponto número um “ **Projecto de Alteração ao Regulamento do Parque de Estacionamento Subterrâneo da Praça Salgueiro Maia no Entroncamento**” foi aprovado por unanimidade com vinte e três votos, sendo dez votos do Partido Social Democrata, seis votos do Partido Socialista, três votos do Bloco de Esquerda, dois votos da Coligação Democrática Unitária e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia. -----

PONTO NÚMERO DOIS -----

1ª REVISÃO AO MAPA DE PESSOAL – 2011 -----

Pediu a palavra **António Ferreira**: “ Só para dizer que isto poderá servir para uma melhor qualidade na prestação de serviços no cemitério, em termos da rotação do pessoal que é uma dificuldade que se tem verificado e portanto, votaremos favoravelmente.” -----

Não havendo mais pedidos de intervenção, a senhora **Presidente da Assembleia** colocou o ponto número dois à votação. -----

VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO DOIS -----

O ponto número dois “ **1ª Revisão ao Mapa de Pessoal – 2011**” foi aprovado por unanimidade com vinte e três votos, sendo dez votos do Partido Social Democrata, seis votos do Partido Socialista, três votos do Bloco de Esquerda, dois votos da Coligação Democrática Unitária e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia. -----

PONTO NÚMERO TRÊS -----

IMI – IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS PARA O ANO DE 2012 -----

Pediu a palavra **Manuel Domingues**: “ O Partido Socialista gostaria que a taxa aplicada no IMI fosse um pouco reduzida de modo a não penalizar tanto a população. ---

Todos sabemos que a generalidade das pessoas têm vindo a sofrer cortes nos seus rendimentos devido à redução de salários, aumento de impostos directos, redução das participações sociais ou ainda pela supressão de alguns benefícios fiscais. -----

Por outro lado, caso a autarquia opta-se por uma redução da taxa do IMI, isso poderia não corresponder a uma redução da receita da autarquia, já que todos os anos há novos fogos a pagar imposto devido ao fim do período de isenção. -----

Neste momento a população está a pagar um imposto sobre um determinado valor patrimonial como todos sabemos, tem vindo a degradar há vários anos. -----

Deste modo, verificamos que os edifícios avaliados nos últimos anos, estão a pagar imposto sobre um valor que entretanto sofreu uma desvalorização que pode atingir os trinta a quarenta por cento, o que não nos parece correcto. -----

Face ao exposto, não poderemos aprovar os valores propostos para este imposto.”

Continuou **António Ferreira**: “ Nós entendemos as dificuldades que o município atravessa devido à situação financeira, a recessão económica, às dificuldades em se financiar e em função das orientações políticas que foram definidas, quer dos diversos governos portugueses e da Troika, mas isto tem limites, há limites para tudo e a carga fiscal sobre as famílias tornou-se insuportável. -----

Nós somos aqueles que estamos mais perto das populações e portanto, devemos entender melhor o que se passa com as famílias neste momento e as dificuldades desses agregados familiares. -----

O peso da carga fiscal sobre as famílias incide exactamente sobre uma das questões fundamentais das famílias, que é o direito à habitação. -----

Sobre a questão já aqui levantada, da avaliação dos prédios que nunca mais se faz, foram definidos dez anos e esses dez anos hão-de continuar sem a avaliação. -----

O Entroncamento quando da introdução do IMI cobrava seiscentos mil euros de impostos nesta área e neste momento a carga fiscal atingiu dois milhões e duzentos mil euros. -----

Este agravamento faz-se com a supressão de isenções sobre o direito às isenções, por razões económicas, por serem jovens, está sujeito a um ataque neste momento, que é acabar com algumas destas isenções. -----

Outra questão que se vai agravar e estamos completamente contra, é a intenção da Troika de impor ao governo português o aumento do IMI, as câmaras não podem ter orçamentos na base de zero, na base da aplicação exclusivamente sobre as suas populações de impostos, as autarquias devem participar no bolo geral do estado.” -----

Prosseguiu **Fátima Búzio**: “ Na linha que temos vindo a defender em anos anteriores, voltamos a propor, mais uma vez, uma redução nas taxas do IMI. -----

Chamamos a atenção para os seguintes factos: As receitas do IMI passaram de cerca de seiscentos mil euros para mais de dois milhões de euros, houve um crescimento anual de cerca de vinte e dois por cento, o que quer dizer que o aumento do IMI nos últimos onze anos rondou os duzentos por cento. -----

Também sabemos, que o património tributado cresceu muito, quer pelas elevadas taxas em vigor, quer pelo aumento do número de alojamentos, de oito mil setecentos e vinte e dois para dez mil seiscentos e setenta e quatro, segundo o último censo, quer pela redução do tempo de isenção deste mesmo imposto. -----

As famílias do Entroncamento, estarão a pagar o triplo do IMI que pagavam há uns anos atrás. -----

Por essa razão propomos que haja uma baixa controlada das taxas em vigor, compatível com as próprias finanças municipais, aliviando um pouco, o sufoco financeiro que atinge a maioria das famílias e contribuintes do nosso concelho, reforçamos a nossa convicção de que é justo e é preciso baixar as taxas do IMI.” -----

Rui Gonçalves referiu: “ Quando o Partido Socialista falou aqui que o IMI tem subido em relação a certos imóveis, a qualquer momento, qualquer cidadão pode pedir uma revisão do seu imóvel e começa a pagar zero quatro, em vez de zero sete. -----

Sobre o crescimento do IMI, acabaram-se as isenções, o crescimento do património foi imenso no Entroncamento, mas ninguém faz essas contas, aliás, o Bloco de Esquerda fez e gostava de ver essas contas feitas no papel, que é a mesma população pagar o triplo do IMI que pagava há doze anos, gostava de ver isso no papel para perceber como é que chegam a este número.” -----

Respondeu **Luis Grácio**: “ Não vou entrar em grandes explicações, mas terei todo o gosto em lhe enviar um documento que nós elaboramos sobre o assunto e depois poderá tirar as conclusões que entender mais convenientes. -----

De qualquer forma, só para lembrar que há vários factores que concorrem para o aumento da receita, temos mais moradias, mais proprietários e mais propriedades a ser tributáveis. As isenções diminuíram de dez anos para seis anos, como sabem, e portanto há pessoas que começaram a pagar mais cedo do que estava previsto a sua contribuição.

Há aqui uma questão que foi referida pelo senhor Deputado António Ferreira, acho que é muito importante e que ninguém fala sobre isto, esta lei quando foi implementada tinha uma previsão de três anos para ser actualizada, e já lá vão uns dez anos e zero, ou seja, tinha que haver actualizações do valor matricial das moradias e era previsto que a taxa sobre o qual incidia o valor a pagar iria diminuir, para que não houvesse um crescimento exponencial da receita prevista, fosse razoável de acordo com a inflação, de acordo com o crescimento do parque habitacional, o que se está a verificar é precisamente o contrário, está toda a gente a aproveitar a não aplicação da lei para ir cobrando na nossa óptica, exageradamente. “ -----

Pedi a palavra **Rui Gonçalves**: “ Infelizmente e o senhor Deputado sabe também como eu, não se vê as pessoas a pedirem a revisão do seu valor patrimonial, que passaria de uma cobrança de zero sete para zero quatro.” -----

Interveio **Luis Grácio**: “ A questão é muito simples, é que a actualização tem que ser feita, mas as taxas também têm que ser actualizadas e nessa altura, a actualização das duas coisas em simultâneo e de certeza que muita gente irá requerer a actualização.”

VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO TRÊS -----

O ponto número três “ **IMI – Imposto Municipal sobre Imóveis para o ano de 2012**”, foi aprovado por maioria, com doze votos a favor, sendo dez votos do Partido Social Democrata e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia e onze votos contra, sendo seis votos do Partido Socialista, três votos do Bloco de Esquerda e dois votos da Coligação Democrática Unitária. -----

PONTO NÚMERO QUATRO -----

LANÇAMENTO DE UMA DERRAMA PARA O ANO DE 2012 -----

Pediu a palavra **Carlos Amaro**: “ Sobre a Derrama esta bancada tem a lamentar que a taxa seja de um vírgula cinco por cento, sabendo que existem concelhos que aplicam uma taxa de zero vírgula seis por cento, outros que aplicam uma taxa de zero vírgula um por cento, além de inclusive haver isenções. -----

Sabemos que a situação financeira é caótica, os orçamentos dos municípios inclusive do município do Entroncamento é manipulado, inflaciona-se a receita com previsões irrealistas para assim se contemplar despesa, essa sim que é certa com obra de valor discutível, dispensável e numa altura em que a palavra de ordem é a contenção. ---

Assim, quais são os efeitos de uma taxa de derrama tão elevada, vejamos: Este município fez obras de melhoramento na rua pedonal e nas envolventes, para quê? O comércio local está decapitado, está asfíxiado e que melhorias fez este município na zona industrial, absolutamente nada. -----

Não existem condições para as empresas criarem um posto de trabalho, melhorarem as suas próprias condições de produção numa zona industrial ao abandono.

A taxa da derrama vai assim fazer com que, mais uma vez, as empresas se desloquem para concelhos com menor carga fiscal, já se passou em anos anteriores e vai continuar a acontecer, enquanto o rumo e a visão do município se mantiver. -----

Esta bancada defende como sempre o fez, uma taxação inferior e que a sua finalidade seja uma finalidade social, fruto destas políticas do governo PSD/CDS, que assim agora o exigem. -----

Só mesmo uma asfixia nas contas públicas do município pode justificar neste momento, uma taxação tão elevada. -----

Apesar dos motivos atrás indicados esta bancada Socialista vai abster-se, pois este não é o nosso orçamento e estas não são as nossas taxas.” -----

Interveio **António Ferreira**: “ Já temos referido esta questão inúmeras vezes. A derrama incide sobre lucros, em geral quem tem lucro pode pagar e deixar alguma parte da riqueza no próprio concelho, é um imposto directo sobre as actividades económicas locais. -----

É uma fonte de receita importante quando bem gerida e bem orientada para a atracção de investimento. -----

Discordo com a questão de que isto seja um obstáculo à criação de empresas no concelho, há outras situações bem mais complicadas, como nós já vimos aqui ainda agora, o problema das portagens na A23 isso sim, é um factor que leva a que concelhos do interior vão deixar de ter algumas empresas. -----

Esta questão do destino desta derrama para transportes é muito importante em termos de desenvolvimento, quer em termos sociais, quer económico do próprio concelho que permite uma mobilidade das populações e o acesso ao comércio e a outras áreas. -----

Havia uma proposta do Bloco de Esquerda em relação à criação de dois escalões, a lei permite isso e é pena que isso não tivesse sido tido em conta, as empresas mais pequenas poderem estar sujeitas a uma derrama mais baixa.” -----

Continuou **Luis Grácio**: “ Pegando na intervenção final do senhor António Ferreira, de facto o Bloco de Esquerda tinha apresentado uma proposta no executivo no sentido de haver dois escalões de pagamento de derrama, em que se apontava para um vírgula cinco por cento sobre o lucro tributável e no caso das empresas com negócios até cento e cinquenta mil euros de zero vírgula cinco por cento. -----

O Bloco de Esquerda tem procurado ano após ano, sensibilizar o executivo no sentido de o município aproveitar a faculdade prevista na lei para introduzir alguma progressividade na aplicação da derrama a percentagem mais elevada para as empresas com maiores lucros e menor percentagem para as que têm menos lucros. -----

Se por um lado é justo que as empresas locais contribuam com uma pequena parte dos seus ganhos para as contas da autarquia, também temos que reconhecer que as realidades em que se movimentam as grandes e as pequenas empresas, são bastante diversas entre si, daí que será da mais elementar justiça que se proceda a acções de discriminação positiva num esforço que é pedido a cada uma das realidades em presença. -----

No momento presente em que numerosas micro e pequenas empresas do nosso tecido empresarial, contem lucros já de si muito diminutos, pois encontram-se no limiar da sua rentabilidade e por consequência da sua sobrevivência, uma derrama quase simbólica seria um pequeno folgo para ultrapassar as dificuldades com que se debatem os seus pequenos negócios, sustentando mesmo assim alguns postos de trabalho e mantendo a co-responsabilização que é devida a todos na sustentabilidade das finanças autárquicas. -----

Por esse motivo vamo-nos abster.” -----

VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO QUATRO -----

O ponto número quatro “ **Lançamento de uma Derrama para o ano de 2012**”, foi aprovado por maioria com catorze votos a favor, sendo dez votos do Partido Social Democrata, dois votos da Coligação Democrática Unitária e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia, nove abstenções, sendo seis do Partido Socialista e três do Bloco de Esquerda. -----

Após um intervalo de cinco minutos, passou-se de imediato ao ponto número cinco da ordem dos trabalhos. -----

PONTO NÚMERO CINCO -----

PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL DO IRS A LIQUIDAR EM 2012 -----

Pedi a palavra **Luis Grácio**: “ Este é daqueles pontos que é uma pena aparecer aqui. -----

De facto um dos impostos mais equilibrados do nosso País acaba por ter aqui uma machadada daquelas jeitosas, ou seja, é um desconto progressivo que quando tem um desconto, tem um desconto igual para todos, quem mais ganha mais desconta, mas quando é para receber benefícios, quem mais ganhou mais benefícios tem. -----

Atendendo às circunstâncias actuais de dificuldades financeiras das autarquias, parece-me que este ponto era mesmo daqueles, em que as autarquias deviam intervir.” –

Interveio **António Ferreira**: “ A participação sobre o IRS constitui uma participação das receitas cobradas do IRS que foi implementado para retirar receitas às autarquias, que nunca permitiram que esta participação cobrisse aquilo que existia anteriormente. -----

Com a implementação desta participação, as autarquias perderam milhares de euros das transferências do estado. -----

Concordo com aquilo que foi dito, é um imposto relativamente justo, nenhum é cem por cento justo e acho que discriminação positiva deve ser feita na redistribuição e não na colecta.” -----

Não havendo mais pedidos de intervenção, a senhora **Presidente da Assembleia**, colocou à votação o ponto número cinco. -----

VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO CINCO -----

O ponto número cinco “ **Participação Variável do IRS a Liquidar em 2012**” foi aprovado por unanimidade com vinte e três votos, sendo dez votos do Partido Social Democrata, seis votos do Partido Socialista, três votos do Bloco de Esquerda, dois votos da Coligação Democrática Unitária e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia. -----

PONTO NÚMERO SEIS -----

ALTERAÇÃO DA FINALIDADE DA DERRAMA DE 2011 (TRANSPORTES URBANOS) -----

Pedi a palavra **António Ferreira**: “ Como já disse anteriormente na discussão da derrama para o ano que vem, o apoio ao nível do transporte é muito importante para o concelho e importante para algumas camadas da população, é uma forma de permitir uma maior mobilidade das camadas com baixos recursos e é um apoio que a Câmara dá directamente ao desenvolvimento local. “ -----

Não havendo mais pedidos de intervenção, a senhora **Presidente da Assembleia**, colocou o ponto número seis à votação. -----

VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO SEIS -----

O ponto número seis “ **Alteração da Finalidade da Derrama de 2011 (Transportes Urbanos)**”, foi aprovado por maioria com catorze votos a favor, sendo dez votos do Partido Social Democrata, dois votos da Coligação Democrática Unitária e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia, nove abstenções, sendo seis do Partido Socialista e três do Bloco de Esquerda. -----

PONTO NÚMERO SETE -----

2ª REVISÃO DO ORÇAMENTO PARA 2011 -----

Interveio **António Ferreira**: “ O reforço deste orçamento foi essencialmente para dotar verbas sub-dotadas que nós tínhamos referido na altura da aprovação do orçamento. -----

Já é um hábito e uma tradição nesta Câmara isto acontecer de ano para ano, é uma repetida acusação nossa, acho que se enche muito o orçamento, são mais olhos que barriga, a execução é extremamente fraca como vemos nos documentos da informação do senhor Presidente. -----

Isto em nada contribui para um rigor, objectividade, eficácia e eficiência na utilização dos instrumentos contabilísticos e de gestão do município.” -----

Referiu **Luis Grácio**:” Nós também temos vindo a referir há bastante tempo, estas sub orçamentações de algumas rubricas inclusivamente na última assembleia e de facto, como prática começa a ser corrente, é uma má prática de gestão, é um orçamento fantasioso, do ponto de vista da gestão não permite tomar decisões acertadas, as rectificações é que obrigam depois a cair na realidade e ver aonde é que se vai intervir.

Nós não subscrevemos esta prática e discordamos dela, sabemos que há dívidas a pagar, há empresas que necessitam de receber as facturas que foram emitidas pela sua actividade junto da autarquia e não vamos obstruir nada que impeça que essas empresas sejam ressarcidas das suas actividades. -----

Portanto, vamo-nos abster ainda com pesar que esta situação se verifique.” -----

VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO SETE

O ponto número sete “ 2ª Revisão ao Orçamento para 2011”, foi aprovado por maioria com doze votos a favor sendo dez votos do Partido Social Democrata e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia, nove abstenções sendo, seis do Partido Socialista e três do Bloco de Esquerda e dois votos contra da Coligação Democrática Unitária.

PONTO NÚMERO OITO

APRECIACÃO DA INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, ACERCA DA ACTIVIDADE DO MUNICÍPIO

Pediu a palavra **António Ferreira**: “ A informação que nos foi facultada da ficha da DGAL e da empresa que faz a análise das contas da Câmara, faz parte ou não da informação do senhor Presidente?”

Respondeu a senhora **Presidente da Assembleia**: “ A informação do revisor oficial de contas deste município sobre a situação financeira do município no primeiro semestre, é uma informação que é prestada a esta assembleia nos termos da lei, não fazendo parte da informação do senhor Presidente. O assunto sobre a DGAL faz parte da informação.”

Continuou **António Ferreira**: “ Sobre as contas tenho algumas questões para levantar algumas delas são de preocupações.

Da informação financeira há uma queda acentuada das receitas na ordem dos oito vírgula setenta e oito por cento, em relação a igual período do ano passado e um aumento da despesa corrente de trinta e sete vírgula noventa e cinco por cento, em relação ao ano anterior, o que já por si este município tem um problema grave em termos de estrutura, receita/despesa com esta situação há um agravamento considerável nesta estrutura.

Por outro lado, a situação da dívida continua a ser uma bola de neve pelas informações que nós temos aqui, se considerarmos a informação facultada pela DGAL, embora seja uma informação parcial relativamente ao ano em curso, a Câmara não consegue cumprir com a redução do excesso de endividamento de longo e médio prazo, que é inferior a dez por cento.

O endividamento de médio/longo prazo, está de facto em excesso em relação ao que a lei permite, foram ultrapassados os níveis de endividamento que a lei permite.

Por outro lado, também é preocupante a questão do rácio, que considero importante, o prazo de pagamento que era de cento e cinquenta e sete dias e passou para cento e sessenta e nove dias, o concelho do Entroncamento não é daqueles que está em piores condições, o concelho de Alcanena tem quatrocentos e setenta e seis dias, que é o pior do distrito, no entanto, não se comparam com os dez dias do concelho de Constância, nos prazos de pagamento.

Não sendo uma situação insuperável, é uma situação que reflecte uma complicação em termos de actividade económica no concelho.

O IMI continua a crescer o IMT continua a decrescer, por outro lado, o IMI tornou-se a primeira fonte da receita do município.

Os impostos directos são também a principal receita do município, não são as transferências, ou seja, tudo se encaminha para um orçamento de base zero.

A situação das Câmaras, quer da nossa, quer das outras, com a redução das transferências pode-se tornar muito complicado em termos de gerir a tesouraria dos pagamentos dos ordenados aos funcionários, embora nós não sejamos das piores situações, temos que ter em consideração essa situação.”

Luis Grácio referiu: “ Muitas das questões que queria aqui referir, já foram referidas pelo deputado António Ferreira, de qualquer forma, só algum reforço em relação a algumas questões que nos preocupam, e que pensamos que deverão merecer a atenção em particular do executivo. -----

A incapacidade de reduzir o endividamento, apesar de haver alterações à lei que criaram condições excepcionais de que o rácio de endividamento seja diferente do que era quando se fez os empréstimos, obviamente que agora estamos numa situação um pouco mais complicada, não era prevista e isso compreende-se. -----

O município do Entroncamento tem a importância que tem, a questão do prazo médio de pagamento é importante, tem a ver um pouco com a credibilidade que a autarquia fornece aos seus fornecedores e isso é importante que essa redução seja feita, nesta situação aconteceu o contrário, aumentou-se o prazo médio de pagamento, passou de cento e cinquenta e sete dias, para cento e sessenta e nove dias, o que é um indicador de certa medida negativo. -----

Por outro lado, a autarquia está a ter mais dívidas do que receitas, há um défice que tem que ser acautelado e repensado a forma de alocar as disponibilidades existentes.

Deixo aqui uma nota para o senhor António Ferreira, se um dia destes pudesse explicar melhor o que é esta coisa do orçamento zero, eu tenho uma interpretação do orçamento zero um pouco diferente.” -----

Prosseguiu **António Ferreira**: “ A questão da cultura vem sempre, que foi cumprida a agenda cultural do segundo trimestre, é importante nós sabermos que ela foi cumprida, há uma questão que eu gostava que me respondessem, como é que a Câmara tem resolvido o problema da falta de espaços para divulgar a cultura. -----

O Cine-Teatro neste momento está encerrado, o Centro Cultural está como está, nós também precisávamos de ter alguma informação de quais são as alternativas a estes espaços.” -----

Interveio **Rui Gonçalves**: “ É só para lhe dar uma ajuda senhor Deputado, é fácil, é só ler a agenda cultural da câmara.” -----

O senhor **Presidente da Câmara** esclareceu: “ Sobre a estação dos caminhos de ferro, não seria correcto da minha parte não frisar aqui o empenhamento que também tem tido o Partido Socialista e o Bloco de Esquerda neste processo. -----

Entendemos por bem tentar junto de várias entidades resolver esta situação, fomos aos deputados do Partido Socialista no passado, neste fomos um bocadinho mais bem sucedidos, fomos recebidos pelo chefe da Casa Civil do Senhor Presidente da República, que já mandou para a Câmara uma informação da REFER, e portanto, à posterior já houve reuniões no município do Entroncamento com a REFER Património.

Queria dar aqui uma ressalva, a CDU falou que havia aqui três problemas, Ovar Coimbra e Entroncamento, não é nada disso, esqueceu-se de duas importantíssimas Gaia e Santarém, também estiveram lá sentadas na REFER. -----

Quando o senhor deputado José Baptista falou que são opções políticas, foi-me dito pelo senhor Presidente da REFER, ao senhor Presidente da Associação Nacional de Municípios e estes Presidentes de Câmara que estiveram comigo na altura do acidente no Entroncamento, que são opções políticas, nunca fazem uma obra que não seja o governo a dizer, faça aquela obra, disse o senhor Pardal. -----

Há o compromisso de facto, de uma passagem desnivelada superior para o ano que vem ser posta nas gares da estação. -----

O Partido Socialista referiu que a derrama era bom que a finalidade fosse uma actividade social, para mim os transportes urbanos são uma actividade social e foi por isso que lá colocámos. -----

O Bloco de Esquerda referiu que a derrama devia ser simbólica, ou é ou não é, e a sustentabilidade do município, vive-se de boas vontades ou vive-se também de receitas, quando se fala que o IMI aumenta, evidentemente que aumenta, mas não aumenta como deveria aumentar, tal são os encargos. -----

As receitas do IMI andam à volta dos dois milhões e trezentos mil euros, se conseguirmos receber, e no passado a receita era mais ou menos setecentos mil, quando eu cheguei à Câmara. A receita quando eu cheguei à Câmara era de dois milhões e novecentos mil euros, neste momento são três milhões trezentos e cinquenta mil euros e vai ter mais cinco por cento de acréscimo, o que quer dizer, que há um aumento médio de um vírgula oito por cento. -----

Em termos de IRS, o município do Entroncamento, agora apagaram esses dados, mas nós continuamos a ser quem mais contribuem para o orçamento de estado e quem menos recebe, sabemos que não temos área, não recebemos dinheiro, mas o nosso IRS e o senhor falou muito bem, é que, neste momento com o nosso IRS estamos a colaborar para outras câmaras que não têm população, então da área não recebemos, isto será justo? -----

Fala-se das despesas correntes, todos os dias se gasta dinheiro desde a simples electricidade, aos consumos correntes, aos trabalhadores, é mais uma rotura, todos os dias se assina contractos com a EDP para termos iluminação pública no Entroncamento.

Em relação ao QREN, se temos dificuldade em pagar porque os bancos barraram a porta a todos os comerciantes, mas não só a dificuldade que temos nisso, como as verbas que temos para receber do QREN, e quando elas vierem é para pagar a esta gente que tem aqui em despesas correntes, com as nossas verbas já pagamos à maior parte dos fornecedores, quando vier algum dinheiro abatemos nisto, não é tirar dinheiro do FEDER para despesas correntes. -----

Sobre o excesso de endividamento, não sei se os nossos governantes vão ser justos, ou vão continuar a ser injustos como os anteriores, os anteriores foram injustos, premiaram sempre os faltosos, os que tinham mais dívidas emprestaram-lhe mais dinheiro, nós sabemos quando foi o pagar a tempo e horas, que nós devíamos quatrocentos mil euros e emprestaram-nos e câmaras aqui perto emprestaram doze milhões de euros. -----

Esperamos que venha a ser excepcionado, porque é que não foi excepcionado senhor Luis Grácio, e aparece aqui o excesso de endividamento neste momento, porque não estavam os contratos assinados, sabíamos que tínhamos feito as candidaturas e como tal, a DGAL não recebia isso para o endividamento, neste momento, temos todos os contratos assinados desta primeira fase das obras que temos e estão os serviços a trabalhar para solicitar o endividamento do qual temos direito. -----

Sobre o prazo médio de pagamento, quem me dera a mim pagar como já pagámos mais rapidamente, o dinheiro não está aqui a fazer nada, apesar de termos dinheiro guardado a prazo, comprometi-me com os senhores que o dinheiro da venda de um terreno era para obras comunitárias e desse dinheiro não foi gasto um cêntimo noutra matéria. -----

O espaço para a cultura é mesmo ver só a agenda, fazemos no pavilhão, vamos fazer no estúdio 121 a todo o momento, fazemos na praça Salgueiro Maia, quero assumir aqui perante os senhores que está feito o projecto do cinema e mais uma semana está o projecto concluído com todas as especialidades e aprovado pela cultura, vamos ver se há de facto dinheiro nestas tranches vêm agora para reforçar o QREN para fazermos a candidatura. -----

Em relação aos senhores que estiveram aqui sobre o estacionamento, a Câmara Municipal teve o cuidado de receber as pessoas e as pessoas nunca mais voltaram à Câmara, falamos com três moradores e não voltaram mais, não houve mais uma única conversa sobre isso. Não há dúvida nenhuma é complicadíssimo ou impossível, e quero que saiam daqui com essa ideia, que é quase impossível que haja cartões de residentes gratuitos como eles eram até aqui.” -----

Nada mais havendo a tratar, a senhora **Presidente da Assembleia**, deu por encerrada a sessão quando eram vinte e três horas e quarenta minutos. -----

A presente acta, depois de lida e visada pelo primeiro secretário, vai por ele ser assinada e pelos restantes membros da Mesa. -----

A Presidente da Assembleia:

O 1º Secretário:

A 2ª Secretária: